

O MERCADO PÚBLICO DE BRAGANÇA: PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES (1870-1910)¹

Lilian Florencio de Godoy²
Renato Mondeneze do Nascimento³
Maria de Fátima Guimarães⁴

Resumo: Este artigo toma como objeto para uma leitura dissonante da história da cidade de Bragança⁵ o Mercado Público, atualmente denominado *Mercado Municipal “Waldemar de Toledo Funk”*. Inscreve-se na área da Educação, sobretudo a educação não escolar, no período de emergência dos projetos escolares republicanos, no Brasil entre as três últimas décadas do século XIX e a primeira do XX. Período atravessado por discursos de cunho higienistas e sanitários, em franco diálogo com a educação escolar, bem como cativado pelos novos projetos de urbanização e modernização das cidades, e paralelamente alarmado com o aumento das epidemias e da forte presença de pobres e doentes perambulando pelas ruas da cidade.

Palavras-chave: Bragança; mercado público; higienismo; educação.

O Mercado Público de Bragança no rastro da educação dos sentidos e das sensibilidades

As origens da cidade de Bragança remontam às atividades dos bandeirantes paulistas, que durante o ciclo do ouro abriram caminhos que interligavam São Paulo às capitâncias de Minas Gerais e Goiás (LEITE, 1974). Bragança foi elevada à vila em 1897, e à categoria de cidade em 1856, de acordo com informações trazidas pelo *Almanack de Bragança para 1900*⁶. Produtos como o arroz, feijão, milho, aguardente e toucinho estão entre aqueles que se destacaram nas atividades existentes no mercado interno desde a origem do Município. Consoante a esse comércio foi considerável o crescimento populacional fatores que possibilitaram a elevação de Bragança à categoria de cidade no ano de 1856. A criação da Comarca de Bragança no ano de 1859 também esteve atrelada ao crescimento anual da renda municipal de Bragança, provinda da atividade agrícola e do comércio gerado por ele (BUENO, 2007).

As práticas que recobrem o comércio de gêneros alimentícios se configuram como sendo um dos princípios da formação das cidades, pois este tipo de atividade, “(...) ao concentrar e aglomerar as pessoas intensifica as possibilidades de troca e a colaboração entre os homens e sua capacidade produtiva [...]” (ROLNIK, 2009, p. 25/26). Com o avanço da modernidade ancorada pela cafeicultura no Estado de São Paulo, nas três últimas décadas do século XIX e primeiro do XX, a nova cidade, proposta pelo governo republicano que se instaurava deveria emergir em meio aos grandes problemas de ordem urgente – caso das epidemias que assolavam o País (BONFIM, 2017).

Diante do cenário que se instaurava, que resultantes das políticas de abolição da escravidão, imigração e da frequência de pessoas provindas das áreas rurais, e também pela

¹ Este trabalho inscreve-se no rol de atividades do Grupo de Pesquisa Rastros: Memória, História e Educação do PPG *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF).

² Pós-graduanda do PPG *Stricto Sensu* em Educação da USF. E-mail: lilian.godoy@mail.usf.edu.br.

³ Pós-graduando do PPG *Stricto Sensu* em Educação da USF.

⁴ Professora adjunta do PPG *Stricto Sensu* em Educação e coordenadora do CDAPH da USF.

⁵ Nesse contexto histórico a cidade tinha o nome de Bragança, sendo anexado o termo Paulista apenas no ano de 1945, quando passou a se chamar Bragança Paulista para diferenciá-la da cidade de Bragança localizada no atual Estado do Pará.

⁶ ALMANACK DE BRAGANÇA PARA 1900. Bragança: Tipografia Commercial, 1899. Disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco (CDAPH/USF).

nova estruturação da economia capitalista (CHALHOUB, 1995), a preocupação não apenas com o comércio, mas com o controle do perfil social que se formava fundamentavam para além da emersão de edifícios que preconizavam as ações higienistas e sanitárias da cidade. A cidade de Bragança, na virada do século XIX para o XX buscava através dos projetos de urbanização se enquadrar no perfil das cidades modernas que se estruturavam:

Inúmeros projetos, obras e iniciativas públicas perpassaram o dia-a-dia da cidade, em nome da saúde, da higiene, do embelezamento urbano, do fluxo e do escoamento contínuo de fluidos, de mercadorias e de corpos através das vias urbanas, mas principalmente em nome da ordem, do progresso e da modernização de Bragança (BUENO, 2007, p146).

Neste período as teorias miasmáticas ancoravam discursos das elites letradas urbanas da época, onde “a renovação incessante do ar, da água e do escoamento do esgoto são postulados como condição para purificar o meio urbano e fazer funcionar a moradia” (LOPES 2002, p. 43). Logo, em tais teorias, edifícios como hospitais, cemitérios, matadouros e mercados surgiram nas áreas consideradas periféricas (MURILHA, 2011) das cidades. No período, o comércio de gêneros alimentícios era praticado em maioria por negros libertos, imigrantes pobres e moradores das áreas rurais do município, população matizada pela pobreza e pelo analfabetismo, ao qual, o espaço rural estava condicionado.

Para além da comercialização mais concentrada e organização dos gêneros alimentícios vendidos nas ruas da cidade, a edificação do Mercado Público de Bragança dialogou fortemente com as questões higienistas e sanitárias que se difundiam já a partir dos anos de 1870 em todo o País. A ideia de uma cidade limpa e organizada, sem odores ou sujeira esteve atrelada aos ideais republicanos de progresso. A formação de corpos dóceis, limpos e saudáveis para a cidade foi privilegiada nos diferentes artigos dos códigos de postura locais, regulamentos e leis que preconizavam as diferentes formas de viver, trabalhar, habitar e se portar no espaço urbano. Chama a atenção, a preocupação em demarcar e criminalizar práticas afeitas à vida no espaço rural, o espaço urbano se constitui na modernidade como contraponto ao rural.

Nessa perspectiva, considerando-se que o espaço forma e conforma, emergem pressupostos de uma nova educação das sensibilidades urbanas em detrimento das herdadas do espaço rural, sua população passa a ser tomada enquanto signo do atraso e das mazelas nacionais. No contexto histórico em que se inscreve a modernidade, o avanço no campo da Ciência e da Tecnologia foram as principais transformações do período, e que delas provieram a mais nova barbárie da perda da experiência segundo o filósofo, pois aquelas novas gerações “viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIM, 1994, p. 115).

O Mercado Público de Bragança, apesar de passar por reformas⁷ ao longo de sua existência parece não contemplar as memórias e as histórias da cidade, tornando-se apenas simulacros (GUIMARÃES, 2013) de outros mercados existentes no País, como é o caso do Mercado Público de São Paulo. Tal fato se concretiza, quando em busca por dados históricos ou memórias já escritas sobre esse espaço os silenciamentos ficam evidentes, e que apontam para que, até o presente momento, nenhum estudo sobre esse edifício havia sido realizado.

Quando nos reportamos às fontes de época, o Mercado Público de Bragança aparece sempre aproximado dos projetos de higiene e sanitarismo (como construção de hospitais, matadouros e cemitérios) que passaram a ser executados pelo Governo local. Em uma das

⁷ Reforma ocorrida em 2010 na gestão do prefeito João Afonso Sólis (2005-2008 e 2009-2012/ PSDB).

poucas referências positivas sobre esse edifício, o *Almanach Bragantino, de 1914*⁸ ao retratar a inserção de Bragança na modernidade, aponta para emersão de algumas entidades educacionais e edifícios públicos que se ocupavam da higiene e da salubridade local:

(...) surgiram importantes prédios que vieram a compor a cidade, inserindo-a em uma modernidade notória para a região sendo criado no ano de 1873 o Clube Literário, reduto da “classe mais abastada de Bragança”; em 1784 a Santa Casa de Misericórdia, em 1876, o Clube dos Estudantes e em 1879, foi criado o Hospital dos *Morpheticos* (tentativa de controle de doenças em Bragança); em 1887 foi criado a Praça de Mercado de Bragança. (ALMANACH, 1914, p. 33).

Nesses almanaques publicados no começo do século XX era comum a apresentação da cidade considerando sua localização por entre as regiões montanhosas da Mantiqueira⁹ e que ainda salientavam a “(...) a preocupação com o clima e a salubridade da cidade” (BUENO, 2007, p. 95) quando apresentavam seus edifícios que sugeriam uma cidade moderna. Porém, no momento em que se debatiam as possibilidades de construções de edifícios como os apresentados pelo almanaque, foram momentos que marcam conflitos e opiniões dos contemporâneos da época, dos quais tensionados através das fontes, pressupõem outras sensibilidades ancoradas pelas ideias da época.

Na década de 1870, a imprensa local se ocupava em opinar sobre as atuações da Câmara, principalmente nas questões que se relacionavam com a propagação de doenças, como era caso do jornal *O Guaripocaba*¹⁰ que no ano de 1877, publicava uma série de reportagens¹¹ que discutiam os problemas relacionados à presença de pobres e mendigos nas áreas centrais da cidade. O temor e o medo que tal grupo representava estavam em volto à propagação dos novos saberes médicos que eram difundidos, saberes esses que recebiam total apoio da imprensa da época. No exemplar de nº 14, publicado em 07 de outubro de 1877, o editorial que recobria toda a primeira página do jornal tratava mais uma vez sobre a presença de pobres e doentes perambulando pelas ruas de Bragança:

A ninguém é desconhecido o número grande de *morphicos* que nos dias santificados *transitão* (sic!) pelas ruas de nossas cidades, esmolando o abolo da *carhidade* publica, número este que vemos aumentar-se dia a dia porque para aqui afluem todos aqueles que são repelidos de outros *logares*. A ninguém também é desconhecido, que seu *contacto immediato* é de gravíssima consequência para uma população inteira! (O GUARIPOCABA, 07/10/1877, n. 14, p. 01).

Nessa reportagem, os redatores apelavam para a construção de um hospital de *morféticos* para que tais doentes fossem recolhidos e não mais entrassem em contato com os moradores e frequentadores do centro da cidade. Eles criticavam as iniciativas da Câmara de Bragança relativas à construção de uma praça de mercado na cidade. A reportagem continuava:

⁸ Exemplar original encontra-se preservado no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco em Bragança Paulista.

⁹ A Serra da Mantiqueira abrange os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Inicia-se na região onde está o município de [Barbacena](#) e de lá inclina-se para o sudoeste até se encontrar com as divisas com o Rio de Janeiro e logo após, com São Paulo, onde torna-se uma divisa natural com o estado de Minas Gerais até as mediações finais de [Joanópolis](#) (SP) e [Extrema](#) (MG) e, por fim, esta termina na cidade de [Bragança Paulista](#) (SP).

¹⁰ Este periódico circulou na cidade dos anos de 1877 a 1889. Foi gerenciado por Manuel D’Almeida Carneiro.

¹¹ *O Guaripocaba*. Ano I, 1877, números 09, 10, 11, 12 e 13.

(...) se esse contato hoje é de grande alcance, o seu mal maior será ainda, quando concluir-se a praça de mercado que já se acha em princípio de construção pro que então o *contacto* será quase impossível de evitar. Não era, pois a construção de uma praça de mercado a nossa principal e mais urgente necessidade a remediar, quando temos gêneros alimentícios *offerecidos* diariamente em nossas portas livres de *monopólio* (*O GUARIPOCABA*, 07/10/1877, n. 14, p. 01).

Nesses periódicos é possível flagrar a emergência de ideias liberais e positivistas, engendrados pelo avanço da modernidade. Também é possível compreender uma educação das sensibilidades que, ao forjar novas demandas à população, afeitas aos preceitos do sanitarismo, higienismo, do eugenismo e da escolarização mobilizados pelas elites letradas urbanas, pressupunham a exclusão de diferentes grupos sociais fortemente marcados pela sua condição de pobreza. O pavor e o medo que emergia das ideias relacionadas às formas de proliferação de epidemias no período estavam prescritos nos códigos de postura que legitimavam “ações baseadas em teorias cujos horizontes estavam fixados na ideia da *boa cidade*” (BRESCIANI, 2009, p. 23), e que se relacionavam com a construção de prédios públicos na cidade.

Na busca por uma educação dos sentidos e das sensibilidades possíveis com a edificação do Mercado Público de Bragança no século XIX reportei-me às fontes de época como periódicos locais – almanaque e jornais-, a fim de suscitar experiências, histórias e memórias envoltas desse espaço e que evidenciam tal possibilidade através da sua arquitetura, os objetos que surgiram para dar conta das novas formas de se medir e pesar os produtos ali comercializados, sua localização no momento de construção, os ruídos propostos naturalmente pela atividade, os odores exalados dos produtos e dos corpos dos trabalhadores, os sabores dos alimentos entre outros que nele esteve envolto e fizesse parte do cotidiano do espaço na época.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo. Brasiliense, 1982.
- BONFIM, Paulo Ricardo. *Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil*. Jundiaí. Paco Editorial, 2017.
- BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Cia das Letras, 1995.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. *Corpo e Cidade: sensibilidades, Memórias e Histórias*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. *Região Bragantina: Estudo Econômico e Social (1653 - 1836)*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Marília, SP, 1974.

LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em Movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MURILHA, Douglas. *O higienismo e a construção dos mercados e matadouros públicos*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Coleção primeiros passos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.